

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

- 1 **Data:** 24 de Fevereiro de 2010
- 2 **Horário:** 08:30 às 17:00
- 3 **Local:** Auditório da SESA/ISEP - Rua Piquiri, 170.
- 4 **Conselheiros membros – Gestão 2008-2009**

	Nome		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	Usuários			
1	Luciano Zanetti	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Ausente	Suplente	SINDPETRO
2	Mercedes Panassol Demori	Justificado	Titular	FETAEP
	Aristeu Elias Ribeiro	Ausente	Suplente	FETAEP
3	Marcelo Montanha da Silva	Justificado	Titular	CUT
	Jonaz Braz	Presente	Suplente	CUT
4	Prentici da Silva	Ausente	Titular	FOPS
	Lucas Rodrigues	Justificado	Suplente	FOPS
5	Livaldo Bento	Presente	Titular	MOPS
	Sonia Maria Anselmo	Presente	Suplente	MOPS
6	José Apolinário Filho	Ausente	Titular	DEFIPAR
	Amauri Cezar Alexandrino	Ausente	Suplente	DEFIPAR
7	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDVA
	João Maria Ferrari Chagas	Justificado	Suplente	IBDVA
8	Terencio de Lima	Presente	Titular	FAMOPAR
	Luiz de Mauro	Presente	Suplente	FAMOPAR
9	Joel Tadeu Correa	Presente	Titular	FAMOPAR
	Amauri Lopes Ferreira	Presente	Suplente	MOPS
10	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Presente	Titular	CMP
	Elizabeth Bueno Cândido	Presente	Suplente	CMP
11	Vilson Tavaris da Cruz	Ausente	Titular	MST
	Genecilda Gotardo	Presente	Suplente	MST
12	Antonio Pitol	Justificado	Titular	Pastoral da Saúde
	Helena Strabelli	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
13	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Ari Alberto Ruschel	Presente	Suplente	Pastoral da Criança
14	Amélia Cabral Alessi	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Luciane Machado Batista	Ausente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
15	Valdir Donizete de Moraes	Presente	Titular	ECOFORÇA
	Rosana Vicente Gnipper	Presente	Suplente	ECOFORÇA
16	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Edevirges de Oliveira	Ausente	Suplente	ASSEMPA
17	Wilma Araújo Kaiel	Presente	Titular	União Brasileira de Mulheres
	Jurema de Jesus Correa Santos	Justificado	Suplente	União Brasileira de Mulheres
18	Cíntia Aparecida Marques	Ausente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Terezinha Pereira da Silva-Mãe Omin	Presente	Suplente	Rede de Mulheres Negras

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
19	Carlos Humberto Zanetti	Ausente	Titular	ABO
	Juliana Ferreira Camassa Bastos	Ausente	Suplente	ABO
20	Antônio Garcez Novaes	Presente	Titular	C.R. de Farmácia
	Javier Salvador Gamarra	Ausente	Suplente	C.R. de Farmácia
21	Marina Hiromi Assanuma	Presente	Titular	CRMV
	Patricia Woitchik da Silva	Presente	Suplente	CRMV
22	Odenir Dias Teixeira	Presente	Titular	CRESS
	Sueli de A. Preidum Coutinho	Presente	Suplente	CRESS
23	Jhulie Rissato da Silva	Ausente	Titular	CRN
	Poliana Schiavon	Ausente	Suplente	CRN
24	Karin Odette Bruckheimer	Ausente	Titular	CRP
	Thereza C. de A. Salomé	Ausente	Suplente	CRP
25	Soraia Reda Gilber	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Ausente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	José Carlos Leite	Presente	Titular	SINDPREVS
	Bett Claid Nascimento	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Luiz Carlos Silva de Oliveira	Justificado	Titular	Conselho dos Sindicatos dos
	Noraci Nonato de Meira	Presente	Suplente	Conselho dos Sindicatos dos
	Prestadores de Serviços		Condição	Entidade
28	Rosita Márcia Wilner	Ausente	Titular	FEMIPA
	Claudio Marmentini	Ausente	Suplente	FEMIPA
29	Renato Merolli	Ausente	Titular	FEHOSPAR
	Benno Kreisel	Ausente	Suplente	FEHOSPAR
30	Alfredo Franco Ayub	Ausente	Titular	ACISPAR
	Deise Sueli de Pietro Caputo	Ausente	Suplente	ACISPAR
31	Jeremias Bequer Brizola	Justificado	Titular	UEL
	Rita Domansky	Presente	Suplente	UEL
32	Silvia Maria Tintori	Presente	Titular	UEM
	Valmir Durante	Presente	Suplente	UEM
	Gestores		Condição	Entidade
33	Mauro Campiolo	Presente	Titular	COSEMS
	Matheos Chomatas	Justificado	Suplente	COSEMS
34	André Gustavo Lopes Pegorer	Ausente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Olavo Gasparin	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Gilberto B. Martin	Ausente	Titular	SESA
	Celia Regina de Souza	Presente	Suplente	SESA
36	Hilda Maria Cohen Costa	Ausente	Titular	FUNASA
	Jania Santana	Ausente	Suplente	FUNASA

5 **1ª Parte: das 08:30 às 12:00 horas**

6 **1. Expediente interno**

7 **2. Ordem do Dia**

2.1 Aprovação da Pauta – 5 min.

8 **2.2 Assuntos para Deliberação: Discussão Temática e Comissões**

2.2.1 – Mesa Diretora –

1º Assunto: Justificativas e substituições

2º Assunto: Aprovação das Atas: 141ª-26/03/2008, 144ª 03/09/ 2008, 1ª Extraordinária: 25/06/2009.

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

3º Assunto: Resoluções não homologadas
4º Assunto: Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição
5º Assunto: Conferência Nacional de Saúde Mental

9 Intervalo + ou – às 10:00 horas por 15 min

10 **2ª Parte: das 13:30 às 17:00 horas**

11 **Parte: das 13:30 às 17:00 horas**

2.2.2 -Dia Mundial da Luta Contra Tuberculose – apresentação SES/SGS

2.2.3 -9ª Conferência Estadual de Saúde

1-Avaliação

2-Ofício ASSEF e FESMEPAR

2.2.4 – Comissão de Orçamento

2.2.5 – Comissão Vigilância Sanitária e Meio Ambiente

2.2.6- Comissão Saúde Mental

2.2.7 – Comissão Acesso ao SUS

2.2.8 – Comissão Saúde do Trabalhador

Certificação dos Conselheiros – Gestão 2008-2009

12 Intervalo –16:00 horas – 15 minutos

13 3- Informes Gerais

14 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, após a constatação do
15 quorum necessário o presidente Antonio Garcez Novaes Neto dá início a 160ª Reunião Ordinária
16 do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. **Neto** inicialmente cumprimenta a todos e passa a
17 ordem do dia, aprovação da pauta proposta encaminhada anteriormente aos conselheiros.
18 Ficam a pedido dos conselheiros, incluídas na pauta: a Comissão de Orçamento, a Comissão de
19 Vigilância Sanitária e Meio Ambiente, Comissão de Saúde Mental e Comissão de Acesso ao SUS.
20 Neto sugere que seja estabelecida a pauta para término às 16h00, pois haverá a Certificação
21 dos Conselheiros seguidos de um coffee breack. **Neto coloca em votação a pauta proposta**
22 **com as inclusões solicitadas e com término às dezesseis horas, sendo aprovada por**
23 **todos.** A seguir passa-se **ao item 2.2.1 – Mesa Diretora – Justificativas e Substituições:**
24 **Liliam** procede às justificativas de ausência dos conselheiros, Jeremias Brizola, Matheos
25 Chomatas, João Maria, Lucas, Jurema de Jesus Correa, Marcelo Montanha, Luiz Carlos que
26 enviou um ofício sendo feita leitura do mesmo por Liliam, Antonio Pitol, Juliana e Jonas Braz.
27 Liliam informa sobre evento que acontecerá no mês de março sobre filantropia, estando as
28 informações disponíveis na secretaria do Conselho. Apresenta a todos o novo integrante da

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

29 equipe do Conselho, o servidor Fábio. Liliam lembra ainda que existe a solicitação de mais um
30 servidor técnico para dar suporte as comissões. A seguir passa-se ao **próximo item,**
31 **Aprovação das Atas. Neto** coloca em discussão a Ata da 141ª Reunião Ordinária do CES-PR
32 do dia 26 de março de 2008. Não havendo correções, **Neto coloca em votação a Ata da**
33 **141ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, de 26 de março**
34 **de 2008, sendo aprovada pro todos.** A seguir **Neto** coloca em apreciação a Ata da 144ª
35 reunião Ordinária do CES-PR do dia 03 de setembro de 2009. Não havendo correções **Neto**
36 **coloca em votação a Ata da 144ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde**
37 **do Paraná, de 03 de setembro de 2009, sendo aprovada por todos.** A seguir **Neto**
38 coloca em apreciação a Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CES-PR realizada em 25 de junho
39 de 2009. Não havendo correções, **Neto coloca em votação a Ata da 1ª Reunião**
40 **Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, de 25 de junho de 2009,**
41 **sendo aprovada por todos.** A seguir passa-se ao **próximo item da pauta: Resoluções**
42 **não homologadas: Neto** esclarece que são três Resoluções que não foram homologadas, faz
43 a leitura da Resolução 013/2009, que trata da não doação de terreno para a construção do IML
44 de Maringá, e que o mesmo deve ser destinado a Centro de Referência de nível Nacional para a
45 Dengue, e que traz como justificativa para a não homologação, que não é doação do terreno
46 mas sim de permissão de uso, por tempo indeterminado, que Liliam faz a leitura. Liliam faz
47 também a leitura de ofício da Secretaria de Justiça do Estado do Paraná solicitando a permissão
48 de uso de parte do terreno solicitado. **Leite, SINDPREVS** diz conhecer o assunto sobre o
49 Centro de Referência Nacional, mas que concorda com a doação do terreno ao IML de Maringá,
50 uma vez que com tantos casos de dengue e de gripe A, muitas pessoas poderão vir a óbito e
51 necessitar do IML. **Beth Claidth** diz que é preciso não esquecer os riscos de endemias e
52 pandemias, portanto seria importante o Centro de Referência podendo o IML ser construído em
53 outro lugar. **Leite** lembra que as Resoluções não homologadas devem ser encaminhadas ao
54 fórum adequado, conforme determina o Regimento Interno. **Neto coloca em votação o**
55 **encaminhamento do conselheiro Leite, que deverá ser encaminhada a Resolução**
56 **013/2009, sem homologação conforme Regimento Interno, sendo aprovado por**
57 **todos.** A seguir **Neto passa para a Resolução nº 010/2009,** sendo que Liliam faz a leitura
58 da mesma que trata do Convênio entre a SESA e a APR. Liliam procede também à leitura da
59 justificativa para a não homologação da mesma, que considera a divergência entre o que está
60 na Resolução e o que foi votado na 155ª Reunião do CES-PR e propõe nova redação a
61 resolução. **Soraia, SINDSAÚDE** discorda da justificativa enviada pelo Secretário, que o
62 convênio com a APR é irregular e que o Conselho tem um poder político maior. **Célia** resgata a
63 votação da 155ª Reunião do CES e concorda com a não homologação. **Leite** solicita alguns
64 esclarecimentos que são dados pelo presidente Neto e diz que no momento que foi redigida a
65 resolução era o entendimento, mas que talvez alguns pontos podem ser retificados. Lembra
66 que há uma grande desconsideração pelos conselhos e pelo controle social, pelos governos.
67 **Célia** sugere que seja aceito pelo Conselho a não homologação da resolução, considerando os
68 apontamentos feitos na justificativa do Secretário. **Soraia** propõe que a resolução seja mantida
69 e encaminhada conforme Regimento Interno. **Leite** sugere que seja revisto o texto da
70 resolução conforme votação na 155ª Reunião e depois encaminhada ao fórum específico. **Neto**
71 **coloca em votação a proposta de que a Resolução deverá ter seu texto revisto para**
72 **ajustes conforme a votação na 155ª Reunião do Conselho e encaminhada conforme**

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

73 **Regimento Interno, sendo aprovada por todos. Neto** pergunta quem fará a revisão do
74 texto da resolução, ficando estabelecido que o mesmo grupo que propôs a resolução faça a
75 revisão. A seguir passa-se a **próxima Resolução, 014/2009** que trata da apresentação da
76 Lei Orçamentária ao CES-PR, sendo a mesma lida pela secretária Liliam, bem como a
77 justificativa para sua não homologação. **Soraia** não concorda com a justificativa para não
78 homologação uma vez que entende que os gastos do SUS devem ser aprovados pelo CES.
79 **Celinha** lembra que a discussão tanto na Comissão de Orçamento quanto no Conselho sobre o
80 orçamento foi muito rica, e que a não homologação deve ser respeitada. **Soraia** lembra que a
81 resolução trata do prazo para a apresentação do orçamento e não da discussão que foi feita
82 conforme fala da conselheira Celinha. **Celinha** diz que a resolução traz vários itens que são
83 considerados um desrespeito para com a SESA, uma vez que a mesma têm o maior
84 comprometimento com o controle social. **Leite** registra que muitas resoluções não são
85 homologadas pelo que está escrito em sua introdução e que concorda com os avanços da SESA
86 com relação ao controle social. Quanto à resolução o não cumprimento do prazo para a
87 apresentação do orçamento é muito importante, e muitas vezes a SESA para pelo erro da
88 Secretaria de Planejamento. **Celinha** lembra que tudo que for para uma resolução devem ser
89 fatos concretos, e nesta alguns não são. **Soraia** propõe como encaminhamento que se mude
90 os termos da introdução da resolução, mas que se mantenha o restante principalmente no que
91 diz respeito ao prazo para apresentação do orçamento ao Conselho. **Claudinei, SINDPETRO**
92 sugere que as outras secretaria envolvidas na questão do orçamento, tenham um envolvimento
93 maior. **Neto coloca em votação a proposta de mudança da introdução da resolução**
94 **mantendo-se o restante sendo aprovada por todos os presentes.** Neto sugere que as
95 correções sejam feitas pela Comissão de Orçamento e apresentada a resolução na próxima
96 reunião do Conselho, sendo acatada por todos. A seguir Neto passa o item Comissão de Acesso
97 ao SUS, que também falará sobre o Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição. A comissão
98 registra que, sobre o Hospital da Lapa, ainda não foi possível concluir o relatório a ser
99 apresentado ao Conselho pela Comissão de Acesso ao SUS. Relata a visita feita ao hospital em
100 outubro de 2009, com a presença do Dr. Peixoto e que a subcomissão foi muito bem recebida
101 pela direção do hospital que foi levada para assistir um vídeo com depoimentos favoráveis ao
102 hospital. Relata inclusive que a informação da direção do hospital sobre o recebimento da sob
103 comissão e a apresentação do vídeo foi indicação do presidente do CES, Antonio Garcez Novaes
104 Neto. Fala da dificuldade de inspeção pela sub comissão para apuração das denúncias
105 recebidas. **Neto** esclarece que o diretor do hospital o procurou via telefone para saber se a
106 visita aconteceria e se era necessária, obtendo como resposta que a visita era deliberação do
107 CES e com certeza aconteceria e que nenhum momento fez qualquer orientação sobre como
108 deveria ser realizada a visita. Lamenta o ocorrido e mal entendido e o fato da comissão não o
109 ter procurado antes para esclarecimentos. Diz que levará ao conhecimento do Secretário de
110 Saúde sobre o fato ocorrido. Lembra que Dr. Peixoto falou da importância da denúncia feita
111 pelo SINDSAÚDE, pois somente desta forma a SESA poderá regularizar o que não está de
112 acordo. Fala também que Dr. Peixoto relatou que o cemitério irregular que existia no local foi
113 interditado. Solicita que seja enviado pela SESA documento comprobatório e de que forma
114 serão sepultados agora os pacientes. A comissão se reunirá dia 04 de março para analisar os
115 documentos e fechar o relatório. **Neto** sugere que a discussão prossiga durante a apresentação
116 do relatório que será apresentado pela comissão. **Terezinha (Mãe Omim)** solicita que os

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

117 esclarecimentos do presidente sejam colocados no relatório, o que fica autorizado pelo mesmo.
118 Sônia Anselmo fala da apresentação da SESA para a Comissão sobre o Seminário Nacional de
119 Alimentação e Nutrição, de suas datas, participantes e normas estabelecidas pelo Seminário
120 Nacional. Indica que a comissão é pela aprovação da realização do seminário que a pedido
121 sejam indicados quatro conselheiros para do segmento de usuários para participarem da
122 comissão organizadora, uma vez que já existe indicação do gestor e de trabalhador. **Angela**
123 **Piteli** faz a apresentação sobre o Seminário Estadual de Alimentação e Nutrição, dizendo que é
124 uma demanda da Coordenação Nacional de Alimentação e Nutrição e Conselho Nacional de
125 Saúde e que o seminário deverá ser realizado no mês de abril, em local já reservado e sem
126 custo, e deverão ser indicados quatro participantes de forma paritária para participarem do
127 Seminário Nacional nos dias 08 a 10 de junho. Fala que os eixos temáticos para discussão são
128 definidos pela organização do Seminário Nacional e que a programação preliminar já esta
129 composta. Reforça a necessidade da realização do mesmo que já conta com recursos
130 repassados pelo nível federal e lembra da necessidade da participação do conselho na
131 organização. Após vários esclarecimentos e considerações ficam indicadas as entidades:
132 Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança, CMP e Assempa para fazerem parte da comissão
133 organização, sendo que a mesma indicará seus representantes oportunamente, uma vez que o
134 novo Conselho tomará posse amanhã. **Neto coloca em votação os quatros participantes**
135 **para a Comissão Organizadora do Seminário Estadual de Alimentação e Nutrição**
136 **sendo aprovado por todos.** **Sônia Anselmo** relata sobre Seminário Conhecendo e
137 respeitando das pessoas com deficiência, anteriormente aprovado pelo Conselho e que não foi
138 realizado por não estar no orçamento, mesmo havendo recursos do ParticipaSUS. O
139 encaminhamento da comissão foi que seja enviado um ofício a SESA para esclarecimentos.
140 **Terezinha, IBDVA** diz que a informação que tem sobre o assunto é de mesmo havendo
141 recursos não estava prevista no orçamento, e como sugestão que o mesmo deverá ser
142 realizado no ano de 2010, uma vez que estaria no orçamento. **Lilium** solicita que sejam
143 novamente definidos orçamento, datas e ela agendará reunião com o setor de orçamento e
144 financeiro para os encaminhamentos necessários. A comissão solicita que o responsável pelo
145 ParticipaSUS venha ao Conselho esclarecer como existe o recurso e não está previsto no
146 orçamento. Não havendo ninguém contrário ao encaminhamento fica definido que será
147 chamado o responsável pelo ParticipaSUS para esclarecimentos. A seguir passa-se ao **item,**
148 **Comissão de Saúde Mental** com relato sobre a realização da Conferência Estadual de Saúde
149 Mental, **Amauri, MOPS** diz que a comissão trás como indicação os dias 18 a 20 de maio de
150 2010 para a realização da conferência. Serão enviados aos municípios para procederem a sua
151 organização o regimento da Conferência Nacional. Diz que a comissão pensou em fazer
152 Conferências Regionais ou Macro Regionais, mas entendeu que não seria viável do ponto de
153 vista da necessidade de uma discussão aprofundada sobre o assunto. Fala da proposta do
154 temário enviado pela Conferência Nacional e que a organização da conferência ficaria sob a
155 responsabilidade da Comissão de Saúde Mental, acrescida de alguns outros colaboradores.
156 **Neto** solicita que sejam repensadas as realizações das Conferências Macro Regionais ou
157 Regionais uma vez que o Conselho de Farmácia tem predisposição de disponibilizar locais para
158 essas conferências. Amauri lembra da importância do tema por isso pensam em realizar uma
159 conferência intersetorial. **Amauri** registra solicitação de que o nome da comissão possa ser
160 modificado para Comissão Intersetorial de Saúde Mental. **Wilma Kaiel** registra a importância

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

161 da realização da conferência e que todos devem aproveitar para divulgar a renovação do
162 sistema de saúde na questão da saúde mental. Solicita que todos votem favorável a realização
163 da conferência. **Soraia** solicita esclarecimentos sobre o que será votado, se a conferência ou as
164 prés e como serão. **Neto** esclarece que primeiramente será votada a conferência e após a
165 forma de realização das prés, se regional ou macro regional. **Leite** lembra que os seminários
166 sobre saúde mental foram macro regional, portanto sugere que as prés sejam macros regionais
167 considerando-se 22 Regionais de Saúde, que culminariam em cinco pré-conferências macro
168 regionais. Não havendo mais encaminhamento Neto coloca em votação a realização da
169 Conferência Estadual de Saúde Mental sendo aprovada por unanimidade. **Liliam** solicita que a
170 Comissão de Saúde Mental agende o mais rápido possível reunião e passe os encaminhamentos
171 para a Secretaria Executiva do Conselho. Lembra que o orçamento do estado ainda não está
172 aberto e há dificuldade com hotéis vez que a licitação encontra-se em andamento. **Amauri**
173 registra que a comissão recebeu ofício do Ministério Público solicitando parecer sobre o Plano
174 Estadual de Saúde Mental. A posição da comissão é que no Plano Estadual de Saúde não está
175 prevista a questão da saúde mental, o que existe é um diagnóstico bastante resumido, ou uma
176 carta de intenções de como está organizada a rede de atendimento em saúde mental no estado
177 do Paraná. Lembra que a comissão concorda com os princípios da reforma em saúde mental, e
178 que existem recursos e ações previstas mais uma não está atada à outra, sendo necessário ser
179 mais contundente na política estadual de saúde mental. Amauri faz a leitura do que foi definido
180 na comissão: "*O Parecer da Comissão Estadual de Saúde Mental sobre a Política Estadual de*
181 *Saúde Mental considera que não existe no Plano Estadual, a saúde mental propriamente dita, o*
182 *que existe é um diagnóstico bastante resumido, ou uma carta de intenções de como está*
183 *organizada a rede de atendimento em saúde mental no estado do Paraná*". **Neto coloca em**
184 **votação o parecer da Comissão de Saúde Mental sendo o mesmo aprovado com uma**
185 **abstenção.** **Neto** procede à leitura de Declaração do Conselho enviada ao Ministério Público
186 sobre a política de saúde mental e lembra eu conforme aprovação hoje do Conselho do parecer
187 da comissão, o mesmo será encaminhado imediatamente ao Ministério Público. **Amauri** volta a
188 colocar a solicitação de alteração do nome da comissão para Comissão Intersetorial de Saúde
189 Mental tendo em vista as especificidades e relevância do assunto que devem ser tratados
190 intersetorialmente. **Neto** registra sua preocupação quanto ao Regimento Interno se é
191 necessário a alteração do mesmo. Em sendo necessário deverá haver convocação de uma
192 reunião extraordinária só para alteração do regimento. **Beth Claidh** fala da importância do
193 trabalho intersetorial da comissão, vez que há um grande distanciamento dentre os que devem
194 estar unidos em torno da mesma causa. **Celinha** lembra que todas as comissões devem ter
195 trabalhos intersetorial, assim como o Conselho, portanto gostaria de entender na prática como
196 se dará essa intersectorialidade no funcionamento da comissão e qual a responsabilidade do
197 Conselho com a participação de entidades que não são conselheiras, principalmente na parte
198 financeira, se será responsável por passagens, hospedagem e outros. **Sônia** lembra que por
199 ocasião da alteração do nome da Comissão de Saúde do Trabalhador para Comissão
200 Intersetorial de Saúde do Trabalhador não houve necessidade de alteração do regimento, como
201 também não houve despesas para o Conselho. **Neto** esclarece que o regimento anterior não
202 trazia o nome das comissões ao contrário do atual. **Neto** sugere que seja convocada uma
203 reunião extraordinária para o mês de março, de trinta minutos com pauta única de alteração do
204 nome das comissões que tiverem interesse em alterar sua nomenclatura. **Amauri** esclarece que

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

205 a comissão intersetorial tem facilidades inclusive de conseguir novas verbas para trabalhar suas
206 demandas e para as demandas da saúde mental enquanto política pública. **Neto coloca em**
207 **votação a convocação de reunião extraordinária com duração de trinta minutos para**
208 **o mês de março para alteração do regimento, quanto à nomenclatura da comissão**
209 **de saúde mental e de outras que tiverem interesse na mudança, sendo aprovada por**
210 **todos. Neto** registra que existe uma solicitação de inclusão na pauta da Comissão Intersetorial
211 de Saúde do Trabalhador e coloca em votação não havendo ninguém contrário a inclusão. A
212 seguir passa-se **ao próximo item, Comissão de Orçamento: Rita** informa que a Comissão
213 de Orçamento recebeu duas correspondências e que ficou definido pela comissão que as
214 mesmas seriam trazidas ao Conselho para apreciação do mesmo. Um ofício do SINDSAÚDE
215 solicitando inclusão de pauta com exposição através da SESA e debate de seus conselheiros de
216 matéria sobre a volta do atendimento dos Hospitais de Londrina, depois da ajuda do governo
217 do estado. Rita faz a leitura da matéria publicada em jornais e colocada no site da SESA. Joel
218 Tadeu esclarece que a correspondência estava endereçada ao presidente do Conselho e foi
219 encaminhada à comissão que está trazendo ao pleno para o que mesmo delibere sobre o
220 assunto. **Soraia** esclarece que o pedido de pauta se deu com o noticiado na imprensa de que
221 os dois maiores hospitais de Londrina, particulares, que atendem ao SUS paralisaram seu
222 atendimento por reclamação dos médicos dos valores recebidos por consulta em caso de
223 plantão. Diz que o entendimento do SINDSAÚDE é que o recurso do SUS não deve ser usado
224 para esse pagamento, e que o médico deve receber de quem o contratou, não são favoráveis
225 ao repasse de recurso da SESA a um município de gestão plena e que não houve aprovação do
226 Conselho nesse ponto. **Celinha** sugere que seja pautada para a próxima reunião do Conselho a
227 crise de Londrina, onde o papel do secretário Gilberto Martin foi muito importante na busca de
228 solução para o impasse e se possível que o mesmo venha falar sobre o assunto. **Leite** lembra
229 que é importante pautar o assunto para que não se abram precedentes. **Soraia** concorda como
230 encaminhamento da conselheira Celinha. **Neto coloca em votação o encaminhamento da**
231 **conselheira Celinha sendo o mesmo aprovado por todos.** Retomando Rita diz que outra
232 questão é a crise financeira do Hospital Universitário de Londrina, e faz a leitura do ofício
233 enviado ao Conselho. O ofício traz a informação que o recurso repassado pelo município de
234 Londrina ao HU no ano de 2009 ficou em aproximadamente R\$30.000.000,00 e o gasto em
235 aproximadamente R\$39.000.000,00 o que gera um déficit de aproximadamente
236 R\$8.400.000,00. Cita que o governo do estado repassou ao hospital aproximadamente
237 R\$3.000.000,00 dos R\$5.000.000,00 prometidos, já foram recebidos, em virtude do
238 desequilíbrio financeiro. Que dos R\$13.000.000,00 que devem ser recebidos pelo HU através do
239 município de Londrina faz parte de repasse de recurso do Ministério da Saúde à Prefeitura de
240 Londrina, decorrente de convênio no qual a Prefeitura figura como fiel depositária, pois ao
241 recebê-lo deveria imediatamente repassá-lo ao seu destinatário que é o HU. Informa ainda que
242 esses valores SUS são para cobrir despesas já realizadas no hospital por atendimento ao
243 paciente e por isso tem para o HU caráter restitutivo e de reposição de estoque e manutenção
244 das tecnologias dos serviços utilizados no serviço de assistência ao paciente. Que o custo do HU
245 é de aproximadamente R\$3.300.000,00/mês. É citados ainda no ofício a questão das licitações
246 e seus prazos e como devem ser mantidos os estoques. Informa ainda as várias
247 correspondências enviadas ao município, na tentativa de regularizar a situação. Por fim que a
248 não regularização da situação financeira acarretará em diminuição do atendimento a população

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

249 e pede que o CES possa tomar as providências necessárias para que o hospital receba as
250 verbas do SUS que lhes são enviadas pelo Ministério da Saúde, através da Prefeitura de
251 Londrina, gestor SUS, garantindo essa importante porta de acesso ao SUS, que é o HU não seja
252 vedada a população paranaense. Rita esclarece que o valor da dívida foi atualizada em 18 de
253 fevereiro e está em torno de R\$13.500.000,00 conforme ofício lido e que a mesma é
254 reconhecida pelo município. Rita lembra que o hospital já passa pelo processo de falta de
255 material de insumo. Reforça o pedido de apoio do Conselho no que for cabível para o
256 recebimento do valor citado. **Soraia** diz que conforme o que foi lido do ofício que o município
257 de Londrina é a fiel depositária de recurso repassado pelo Ministério da Saúde ao Hospital
258 Universitário, talvez seja cabível denúncia do Conselho Estadual de Saúde ao Ministério Público
259 sobre o fato para apuração e providências cabíveis. **Rita** esclarece que uma comissão
260 interinstitucional foi formada para apuração desses valores e que a dívida é reconhecida pelo
261 município, mas não existe mecanismo de recebimento. **Soraia** pergunta se o município
262 responde porque não repassa os recursos ao HU. **Rita** diz que a resposta do município é que
263 não há verba suficiente para fazer esse repasse. **Soraia** pergunta onde está indo a verba
264 repassada pelo Ministério da Saúde. **Rita** diz que o município dá várias respostas mas nenhuma
265 efetiva. **Sônia Anselmo** diz que a discussão é pertinente, que o HU de Londrina tem razão em
266 algumas reivindicações, mas é preciso que se faça alguns esclarecimentos. Diz que há alguns
267 anos o Ministério da Saúde aumenta itens da tabela SUS e não repassa esse aumento no teto
268 financeiro do município. Que desde o ano de 2007 existe um impasse entre o município e o HU
269 por divergência no valor indicado pela Diretoria e Auditoria, Avaliação e Controle do município a
270 ser repassado ao HU através de aditivo, devido ao aumento da tabela SUS naquele ano, essa
271 defasagem deve ser de aproximadamente R\$3.000.000,00. Lembra que trabalhou por oito anos
272 na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que vários deles no Conselho Municipal de Saúde e
273 que nunca soube de recursos que vinham do Ministério da Saúde como verba carimbada para o
274 Hospital Universitário, e chama também pela memória dos conselheiros que são do Conselho
275 Municipal de Londrina e também conselheiros estaduais. O que existe é o recurso do teto
276 financeiro do município que deve atender a todos os hospitais e serviços necessários ao
277 atendimento do usuário SUS. Relata que o recurso repassado pelo estado através das
278 Secretarias Estadual de Saúde e Ciência e Tecnologia ao HU não são vinculados ao Fundo
279 Municipal de Saúde, portanto não se tem conhecimento de qual é o valor. Entende que é
280 preciso que a Secretaria Municipal de Saúde esclareça qual é o recurso carimbado recebido pelo
281 Ministério da Saúde que deveria ser repassado ao HU e não o fez. Diz que o HU é um hospital
282 escola e atende uma macro região, que está na média histórica do município, mas que não só o
283 município deve alocar recursos no hospital, mas também o estado como um dos responsáveis,
284 por ser um hospital escola e estadual. Afirma que o HU é um hospital extremamente importante
285 não só para o município, mas para o estado, que presta um excelente atendimento à
286 população, mas em que pese o respeito que tem por Rita e Dr Francisco Eugenio é necessário
287 que se pautem o assunto para que possam ser ouvidos todos os lados envolvidos. Sônia relata
288 que os Hospitais Universitário, Zona Norte e Zona Sul recebem aproximadamente 40% dos
289 recursos da gestão plena do município. Fala também que é necessário o empenho de todos no
290 sentido de prover um aumento do teto financeiro do município de Londrina, que o Secretário de
291 Estado da Saúde tem se esforçado muito e os gestores do município desde o ano de 2001, o
292 resultado positivo ainda não apareceu. Por fim diz que outros hospitais e serviços em Londrina

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

293 operam com dificuldade, portanto é necessário esforços para viabilizar todos os serviços. Havia
294 a expectativa de Londrina ter um aumento no seu teto financeiro de R\$2.000.000,00 logo no
295 início do ano de 2010, o que ainda não ocorreu e que muito ajudaria na solução de uma parte
296 dos problemas. Sugere pauta no Conselho Estadual com a presença de representantes do HU,
297 da Secretaria Municipal de Saúde e do Secretário de Estado da Saúde. Rita diz que em nenhum
298 momento falou que o município recebia verba carimbada do HU e que a auditoria realizada em
299 2007 já foi resolvida, que a defasagem é a partir do ano de 2008 e que existe uma dívida da
300 gestão anterior no valor de R\$7.120.396,63, portanto não é verba carimbada e sim um valor
301 que foi faturado e não pago, e que a defasagem da tabela está dentre maio a novembro de
302 2009. Rita registra que o POA do hospital foi apresentado para a Diretoria de Auditoria,
303 Avaliação e Controle da Secretaria Municipal de Saúde, mas ainda não foi homologado, o que
304 dá uma defasagem de aproximadamente R\$1.300.000,00. **Soraia** pergunta a plenária do
305 Conselho se o assunto não poderia ser alvo de Audiência Pública para o qual seriam chamados
306 os órgãos competentes. **Joel Tadeu, FAMOPAR** diz que tanto Rita como Sônia tem razão em
307 suas falas e que o Conselho Municipal de Saúde de Londrina é um dos melhores e que em
308 dezembro de 2008 pautou a discussão sobre o HU, ocasião em que a dívida era de
309 aproximadamente R\$3.000.000,00. Lembra que os responsáveis pelo HU não compareceram a
310 reunião, impossibilitando o debate pelo Conselho. Concorda que o início de tudo foi quando o
311 Ministério da Saúde aumentou a tabela SUS sem repasse ao município. Fala que sem aumento
312 de teto financeiro ficará difícil a solução do problema, portanto é necessária a gestão do estado,
313 do município e de todos que possam contribuir na luta pelo aumento do teto financeiro de
314 Londrina. **Rita** diz que é preciso realizar uma ação emergente, talvez acionando o Ministério
315 Público, para que o HU não feche a sua porta e depois outras ações que se fizerem necessárias
316 para solucionar os problemas referentes a todos os prestadores. **Neto** diz que no ano de 2009
317 o Conselho pautou a questão do HU, mas retirou em virtude de possível negociação com o
318 município. **Soraia** sugere dois encaminhamentos, primeiramente a ação emergencial e por
319 segundo pauta com a presença de todos os atores para esclarecimentos. **Celinha** diz que é
320 necessária uma discussão qualificada no Conselho, no momento não concorda com uma
321 audiência pública, que a questão é séria, e que devem ser convidados todos os prestadores e
322 interessados no assunto. **Liliam** diz que a média histórica para que os municípios entrassem na
323 gestão plena foi acima da média, pergunta qual a atitude do Conselho Municipal com relação a
324 dívida apresentada pelo HU. **Joel Tadeu** esclarece que o Conselho Municipal nunca se furto a
325 discutir o assunto, tanto que o mesmo foi pautado e os representantes do HU não
326 compareceram as reuniões, retirando a discussão do Conselho e fazendo a discussão
327 diretamente com o gestor. Fala que o Conselho é independente e tem densidade política para
328 deliberar sobre o assunto, mas sendo retirado pelos dirigentes do HU fica inviabilizada a
329 discussão no mesmo. **Liliam** diz que pela característica do HU que é de atendimento regional,
330 se além da discussão no Conselho Municipal, deverá também haver discussão na CIB Regional,
331 na Bipartite, nas Regionais de Saúde da área de abrangência, com os Secretários dos
332 municípios que são atendidos pelo HU e pergunta se isso foi feito, pois é pertinente a pauta no
333 Conselho Estadual mais outros atores devem ser envolvidos. Não havendo mais
334 encaminhamento Neto **coloca em votação a ação emergencial por parte do CES-PR e**
335 **posteriormente o desdobramento em pauta com convite a todos os envolvidos no**
336 **processo, sendo aprovado com uma abstenção. Terezinha, IBVA** declara seu voto

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

337 dizendo que se absteve da votação devido a um mal estar súbito. A seguir passa-se ao **item,**
338 **Comissão de Vigilância Sanitária e Meio Ambiente: Rosana** dá ciência ao Conselho de
339 ofício recebido pela comissão do Grupo Fauna, do município de Ponta Grossa, solicitando apoio
340 aos trabalhadores rurais sem terra por aplicação de veneno em plantação de soja próximo onde
341 está instalado o grupo referido. Solicitam pauta no Conselho Estadual para debate do assunto e
342 denúncia ao Ministério Público para impedimento da aplicação do veneno que poderá por em
343 risco não somente o meio ambiente, mas todos os moradores do entorno. Rosana diz que a
344 discussão foi feita na comissão que entendeu que poderia haver uma ação por parte do
345 Conselho, mas foram informados da retirada dos trabalhadores sem terra daquele
346 assentamento. Solicita a conselheira Genecilda representante do MST que também é moradora
347 daquela localidade que fale um pouco sobre o assunto. **Genecilda, MST** esclarece que o
348 colocado não é só com relação àquelas famílias, mas sim com toda a plantação feita por eles
349 que é orgânica, aguardando a certificação da plantação orgânica. Diz que todas as vezes que
350 chove é renovado o veneno da plantação de soja o que está afetando a produção dos orgânicos
351 e as famílias que lá estão assentadas. Lembra que leis existem, mas infelizmente não são
352 cumpridas. Reafirma a necessidade de pauta no Conselho com convidado que possa falar sobre
353 o assunto e apresentar as leis referentes ao assunto. **Rosana** solicita ao Conselho então o
354 procedimento de denúncia junto ao Ministério Público quanto a ameaça do veneno agrícola para
355 as famílias dos trabalhadores sem terra e para a plantação de orgânicos. **Neto coloca em**
356 **votação o encaminhamento da conselheira Rosana que é aprovado por todos.**
357 **Rosana** é uma solicitação de recomendação enviada pelo ao COSEMS comunicando a todos os
358 municípios sobre a não autorização da capina química pela ANVISA, em atendimento a nota da
359 ANVISA de 15 de janeiro de 2010. Rosana explica aos conselheiros que no ano de 2006 a
360 ANVISA colocou um debate (audiência pública) sobre a regularização da prática da capina
361 química. A ANVISA divulga que esta prática é perigosa e que deve ser realizada somente sob
362 controle intenso, não somente por ocasião de sua aplicação, mas com isolamento da área onde
363 foi aplicado. Após serem ouvidas todas as manifestações a ANVISA entendeu que não poderia
364 haver a regulamentação dessa prática. Rosana procede a leitura da nota expedida pela ANVISA.
365 **Valdir** relata sua participação no Fórum Permanente da Agenda 21, no qual representa do CES-
366 PR, em Seminário Internacional sobre Experiência da Agenda 21 – Desafios do Nosso Tempo
367 em novembro de 2009, no município de Ponta Grossa. Lá estavam presentes vários países,
368 entre eles, Canadá, Espanha, Portugal; foram realizadas várias mesas de trabalho e lá foram
369 definidas metas de médio e longo prazo. Diz que todas as informações podem ser acessadas
370 através de site próprio que será repassado a todos pela secretaria executiva do Conselho. A
371 seguir passa-se ao **item, Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador: Zanetti,**
372 **SINDPETRO** relata que o Ministério Público Estadual e Público do Trabalho estavam presentes
373 a reunião da comissão, que tratou de instalação de ambulatórios de saúde do trabalhador
374 apresentadas pelo CEST. O CEST aguarda contribuições que possam melhorar a proposta. Diz
375 que o assunto está sendo trazido ao Conselho para que se fortaleça o compromisso do
376 Secretário junto aos Ministérios Públicos citados de implantação desses ambulatórios nos
377 municípios de Cascavel, Apucarana, Londrina e Irati, que são os que possuem CEST. Lembra
378 que os projetos ainda estão sendo desenvolvidos. Neto coloca em votação a implantação de
379 quatro ambulatórios de saúde do trabalhador nos municípios de Cascavel, Apucarana, Londrina
380 e Irati, sendo aprovado por todos. A seguir passa-se ao **item Comissão de Saúde da**

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

381 **Mulher: Celinha** diz que a comissão pretende se fortalecer e para isso serão convidados
382 outros componentes para participarem. Diz que no dia 22 de março será realizada uma reunião
383 dos Comites Nascer no Paraná de todos os municípios que aderiram ao programa que conta
384 com nove meses de implantação para a qual todos e todas serão convidados. Lembra ainda que
385 as integrantes da comissão sugerem que seja enviada nota de condolências a Dra. Alaerte pelo
386 falecimento de sua mãe. **Neto** diz que os votos de condolências serão enviados para a Dra.
387 Alaerte e também a Pastoral da Criança pelo falecimento da Dra. Zilda Arns. A seguir passa-se
388 **ao item, Comissão de Municipalização e Consórcio: José Carlos Leite** diz que participou
389 da comissão a convite o Ministério Público uma vez que muitos resultados de auditoria
390 deveriam ser analisados. Com relação a fala da conselheira Celinha lembra que várias auditorias
391 este ano será com enfoque no atendimento a mulher, o que dará a todos uma melhor
392 compreensão de como está o atendimento no Paraná. A seguir segue-se o intervalo para o
393 almoço. No período vespertino após a constatação do quorum necessário, o presidente Antonio
394 Garcez Novaes Neto reabre os trabalhos. Imediatamente passa-se ao **item da pauta, Dia**
395 **Mundial de Luta Contra Tuberculose: Elizabeth** da Divisão de Doenças Endêmicas de
396 Prevalência onde estão inseridas as doenças, tuberculose, hanseníase e hepatite virais.
397 Elizabeth inicia sua apresentação solicitando ajuda de todos para a campanha de combate a
398 tuberculose que ocorrerá no mês de março. Fala que a doença continua matando e muito mais
399 do que a gripe H1N1. Diz que 1/3 da população do mundo está infectada com o bacilo da
400 tuberculose, mas ainda não apresentam a doença. São notificados no Brasil 80.000 novos
401 casos, ocorrendo 5.000 óbitos por ano por tuberculose; é a sétima patologia em gasto do SUS.
402 Fala que Brasil é o 16º por casos no mundo. Diz sobre a incidência por Regional de Saúde e cita
403 Paranaguá com um grande número de casos até pela eficiente busca ativa que tem, mas
404 apresenta bons resultados nos tratamentos. Fala sobre a tendência da tuberculose em todas as
405 formas, estando diminuindo no Brasil, quanto ao Paraná há uma alta incidência de abandono de
406 tratamento. Fala também sobre a tendência da tuberculose em todas as formas bacilífera que
407 está sendo mantida no Paraná enquanto no Brasil está diminuindo. Refere-se sobre a
408 tuberculose no HIV positivo onde há incidência é grande e também pela grande quantidade de
409 medicamentos que tem que tomar acabam abandonando o tratamento por efeitos colaterais.
410 Fala sobre os índices de abandono do tratamento o que acaba causando a transmissão;
411 apresenta série histórica sobre a mortalidade por tuberculose de 2007 a 2009 onde os óbitos
412 estão aumentando. Lembra que o tratamento está disponível, os medicamentos estão ao
413 alcance de todos, portanto é inadmissível o abandono para o tratamento de seis meses que
414 após o abandono passa a ser de dezoito meses. Relata que o tratamento supervisionado está
415 próximo de 50% quando o ideal seria de 80% e pode ser feito pelo PSF, agentes de saúde,
416 entre outros. Fala da campanha que será realizada com repasse de materiais pelas Regionais a
417 todos os municípios, será realizado dia 24 de março, pelo Dia Internacional da Luta contra a
418 Tuberculose. É importante a sensibilização desde os profissionais de saúde até a população,
419 onde vários segmentos e entidades estarão envolvidos. Solicita que todos os conselheiros
420 auxiliem na divulgação e na sensibilização da população quanto a necessidade do tratamento.
421 Fala das parcerias para a realização da campanha e sua programação. Apresenta os maiores
422 desafios para os sintomáticos respiratórios que são os que apresentam tosse há mais de três
423 semanas. Elizabeth coloca-se a disposição para outros esclarecimentos. **Terezinha, IBDNA**
424 pergunta se será disponibilizado material em braile para os deficientes visuais. Elizabeth diz que

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

425 a dificuldade para produção desse material é grande até pelo alto custo, mas levará a questão
426 para a coordenação do setor. **Silvia** pergunta sobre os óbitos nos anos de 2007 a 2009.
427 **Elizabeth** diz que na apresentação estão computados óbitos dos portadores de tuberculose,
428 mas que também tem outros agravos como diabetes, HIV e outros. **Sueli, CRESS** fala sobre a
429 luta no combate a tuberculose, inclusive nas pactuações. Lembra que é necessário que a rede
430 básica assuma o seu papel na implementação de ações para redução dos casos de tuberculose.
431 **Soraia** pergunta se haverá extensão da campanha para as macro regionais. **Elizabeth**
432 responde que as Regionais foram contatadas com essa finalidade e a resposta vem chegando
433 de vários municípios que aderiram a campanha. Elizabeth agradece a oportunidade e reitera
434 sua expectativa do envolvimento de todos os conselheiros. **Neto** informa sobre a realização de
435 Web Conferência sobre Conselhos. **Liliam** relata que após várias reuniões a Web Conferência
436 será realizada através da Escola de Saúde Pública, com envolvimento do Ministério Público,
437 Tribunal de Contas, COSEMS no dia 03 de março. Informa que enviou por endereço eletrônico a
438 todos os conselheiros a informação. A seguir passa-se ao próximo **item da pauta, Avaliação**
439 **da 9ª Conferência Estadual de Saúde**. **Nina** lembra que a avaliação da realização da
440 Conferência é importante no sentido que possam ser corrigidas as falhas. Lembra que o
441 Relatório Final deverá ser elaborado no mês de março, o que está dentro do prazo aprovado,
442 para ser apresentado ao Conselho. **Nina** agradece a todos os conselheiros, a Secretaria
443 Executiva, os servidores da SESA que contribuíram para a realização da Conferência. Abre a
444 palavra para a avaliação dos conselheiros. **Soraia** registra que é necessário rever o tempo
445 estabelecido para a plenária final, que nesta não foi suficiente. Quanto aos palestrantes dos
446 grupos também tomaram muito tempo em suas exposições, deixando pouco tempo para a
447 discussão entre os participantes dos grupos. **Leite** diz que mesmo não sendo terminada a
448 Conferência no tempo estabelecido, muito se avançou. Relata que a oficina da qual participou
449 não atingiu o objetivo, pois discutiram tese e não o temário. **Silvia, UEM** parabeniza a
450 Comissão Organizadora, mas que em alguns pontos deve haver mudanças, pois sempre quando
451 se chega ao final poucos ficam presentes. Registra seu desagrado no desenrolar do processo
452 eleitoral, pois não havia deliberação sobre faltando um prestador como ficaria a vaga, se
453 voltaria ao sub segmento ou ao segmento. A informação é que deveria ser decidido no sub
454 segmento que encaminhamento dar a questão. Silvia diz que a idéia era compor um acordo
455 para que os hospitais universitários não ficassem fora do Conselho o que não foi possível devido
456 ao peso dos demais prestadores. Entende que para a composição do Conselho seria importante
457 a representação de duas universidades. Solicita que para as próximas conferências seja definido
458 no regimento como se dará o processo caso falte alguma entidade. **Wilma Kaiel** parabeniza a
459 Comissão Organizadora que trabalharam exaustivamente para que o evento fosse um sucesso.
460 Com relação aos trabalhos de grupo acha que foi importante para as discussões, mas é
461 importante repensar o tempo para que não haja um desgaste dos participantes. Concorda que
462 não deveriam ser analisadas as teses nas oficinas, pois várias não condiziam com o debate.
463 **Celinha** diz que considerando o prazo exíguo para a realização da Conferência, todos os
464 envolvidos merecem ser parabenizados pelo excelente trabalho realizado. **Neto** respondendo a
465 conselheira Silvia lembra que todas as entidades consideradas aptas a concorrer a uma vaga
466 de conselheira, foram divulgadas com antecedência no plenário de CES e disponibilizadas no
467 site do Conselho. **Liliam** agradece a paciência e a eficiência de todos. Quanto à estrutura
468 pensa ser obrigação proporcionar uma estrutura suficiente para todos. Preocupa-se com a

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

469 qualidade da discussão a partir das Conferências Municipais para suporte à Conferência
470 Estadual. Pensa ser importante que a próxima gestão do Conselho já comece a pensar no
471 formato da próxima conferência. **Terezinha, IBDVA** registra parabéns a todos os envolvidos.
472 Quanto ao grupo de apoio aos deficientes lamenta que os mesmos não participaram da
473 discussão uma vez que a discussão era sobre saúde. Sugere que o grupo de apoio seja mais
474 bem preparado para participar da próxima Conferência. **Nina** diz que as contribuições são
475 muito importantes e que o Conselho deve registrá-las. Quanto ao grupo de apoio entende que
476 a formação dos profissionais também deve ser preocupação do Conselho. **Rita** esclarece que o
477 grupo de apoio era formado por fisioterapeutas do Hospital de Reabilitação, mas que a maioria
478 vieram de hospitais gerais e somente agora estão tendo contato com os pacientes e o que é
479 realmente reabilitação. **Celinha** registra que faltou orientação ao grupo de apoio. **Leite** diz que
480 talvez seja o momento de inovar, com empresas preparadas e especializadas em eventos, como
481 vem acontecendo em vários eventos nacionais. **Valdir** diz que nesta conferência houve falhas
482 que não devem ser colocadas no momento. Pensa ser importante estabelecer um grupo de
483 estudo para que sejam revistos os erros e acertos de cada evento para que os erros não se
484 repitam e os acertos possam ser melhorados, é necessário sair do amadorismo. **Sueli, CRESS**
485 parabeniza a todos da Comissão Organizadora, especialmente a conselheira Nina que colocou-
486 se inteiramente a disposição do evento. As falhas que houveram devem ser assumidas pelo
487 coletivo, uma vez que havia-se decidido não realizar conferência, e de um momento para o
488 outro decidiu-se o contrário e o prazo estabelecido para a realização da mesma foi exíguo.
489 Lembra que tudo foi trazido pela Comissão Organizadora, mas aprovado pelo Conselho,
490 portanto a Conferência seus erros e acertos são de responsabilidade de todos. Registra que não
491 há necessidade de se criar um grupo de estudo, mas esse trabalho deve ser atribuído a
492 Comissão de Interiorização. **Neto** considera que a conferência foi um desafio, e que o Conselho
493 assumiu o desafio, e que o certo e o errado deve ser assumido pelo Conselho. Registra que a
494 comissão trabalhou incansavelmente, com empenho e dedicação. Fala que todos os
495 participantes saíram elogiando e foi para eles a Conferência e da importância do Conselho estar
496 permanentemente reunidos definindo sobre todas as dúvidas que surgiram no andamento da
497 mesma. A seguir **Neto passa ao próximo item da pauta, Ofício ASSEF e FESMEPAR:**
498 **Neto** registra o recebimento de dois ofícios um da ASSEF e outro do FESMEPAR cujo teor
499 demandam deliberação do Conselho de imediato. **Liliam** procede à leitura primeiramente da
500 entidade ASSEF que vem impugnar de forma administrativa o resultado da eleição realizada no
501 dia 19 de dezembro de 2009, para o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, gestão 2010/2011
502 uma vez que na ata do processo eleitoral consta pedido de esclarecimento sobre a participação
503 da entidade FESSIMUC, com resposta que a mesma estava habilitada a participar do processo
504 eleitoral, mas sem apresentação de documentos que comprovassem a legalidade. A entidade
505 ASSEF alega que a FESSIMUC não tem um ano de fundação conforme solicitado, de acordo
506 com publicação em diário oficial da data de sua fundação no ano de 2009. Solicita que sejam
507 apresentados os documentos comprobatórios da entidade que estabeleceram a habilitação da
508 mesma para concorrer ao processo eleitoral, bem como suspenda o processo de tomada de
509 posse da entidade eleita a fim de preservar direitos de terceiros e da própria comissão eleitoral,
510 podendo o processo ser levado a esfera judicial tornando o processo moroso e sem data para
511 finalização. A ASSEF requer o exame da presente impugnação e que seja a mesma acatada
512 para que o processo eleitoral seja restabelecido com a inclusão das entidades habilitadas àquele

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

513 processo. Requer também que a resposta ao pedido em tela seja por escrito. A seguir Liliam
514 procede a leitura do ofício enviado pela FESMEPAR cujo teor também é para impugnar o
515 processo eleitoral realizado no dia 19 de dezembro de 2009, para a eleição do Conselho
516 Estadual de Saúde, para a gestão 2010/2011. A alegação é de direito, pois consta da ata do
517 processo eleitoral a legalidade da participação da entidade FESSIMUC ao processo eleitoral,
518 quanto a ser Comissão ou Federação, pois em publicação em diário oficial de 10 de setembro
519 de 2009, sendo que na ocasião foi informado que a FESSIMUC estava habilitada de forma
520 correta, sem, no entanto apresentar-se documentos comprobatórios. No diário oficial referido
521 consta publicação da convocação, e se foi fundada ou não nenhum documento foi apresentado
522 e se instituída em 10 de setembro de 2009 não atenderia ao quesito de ter um ano de fundação
523 e atuação em abrangência estadual. A FESMEPAR alega também que a FESSIMUC não tem
524 registro do Ministério do Trabalho, não tendo, portanto na data da eleição legitimidade para
525 participar como entidade sindical. Durante o processo eleitoral a FESMEPAR recebeu 25 votos e
526 a FESSIMUC 11, sendo que a FESMEPAR estava apta a participar do processo eleitoral e foi
527 vitoriosa. Equivocadamente a plenária excluiu a FESMEPAR no momento de homologação que
528 foi legitimamente eleita, conforme prova ata anexa e incluiu a FESSIMUC mesmo sabedora das
529 ilegalidades apontadas. Com base nas irregularidades apontadas solicitam a reformulação da
530 decisão com a inclusão a FESMEPAR como entidade eleita para compor o CES-PR no biênio
531 2010/2011. Diz ainda que caso não seja o entendimento, o que não se espera como já
532 esclarecido a FESSIMUC na data da eleição não atendia o determinado no art.8º da Resolução
533 001/09, e não tinha legalidade para atuar como entidade sindical, além de não ter o registro
534 obrigatório no Ministério do Trabalho, requer-se que seja a eleição anulada nesse tópico com
535 designação de nova data para o pleito, dando oportunidade para que outras entidades possam
536 participar de nova eleição no sub segmento de trabalhadores do setor público e privado
537 vinculados ao SUS. Neto coloca em discussão os ofícios recebidos. **Leite** propõe que os ofícios
538 sejam discutidos separadamente. **Soraia** diz que os dois ofícios pedem a anulação do processo
539 eleitoral, portanto é necessário dar oportunidade para que a outra parte se manifeste e
540 apresente documentação se necessário. Somente após deliberar sobre o pedido de anulação.
541 **Leite** retira seu primeiro encaminhamento e sugere que seja formada uma comissão para
542 avaliar a solicitação bem como para análise de documentação e averiguação se houve
543 irregularidade na habilitação da entidade FESSIMUC, dando oportunidade de defesa para a
544 FESSIMUC e apresentar o resultado ao plenário. Sugere também que a entidade FESSIMUC não
545 tome posse no dia de amanhã e aguarde o resultado da averiguação. **Palmira**, diz que
546 participou da conferência, e quando a FESMEPAR não foi homologada sob a alegação de que
547 não tinha delegado na conferência, tentou argumentar que o Sindicato que ela como delegada
548 representava é filiado a FESMEPAR, mas não foi ouvida. Diz que a FESMEPAR estava habilitada
549 a concorrer à vaga e pergunta quem faz parte da Comissão Eleitoral e quem tomou a decisão
550 de descredenciar a FESMEPAR do processo eleitoral. **Neto** esclarece que em reunião do
551 Conselho que antecedeu a Conferência (quinta feira) foi constituído um grupo que averiguaria a
552 representatividade das entidades habilitadas a concorrerem ao processo eleitoral que deveriam
553 ter pelo menos um delegado presente na conferência. No dia seguinte em reunião novamente
554 do Conselho ficou deliberado que a entidade que não tivesse um delegado inscrito na
555 conferência não poderia ser eleita, conforme estabelecido no regimento e regulamento da
556 conferência. Esclarece ainda que o fato da entidade ser considerada apta pela Comissão

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

557 Eleitoral não quer dizer que a mesma seja elegível, pois a entidade deveria ter pelo menos um
558 delegado presente ao processo eleitoral e posteriormente na homologação durante a plenária
559 final. **Zaneti, SINDPETRO** lembra que apesar da entidade FESMEPAR estar apta não tinha
560 delegado inscrito na conferência. Que a documentação foi analisada pela Comissão Eleitoral
561 formada por entidades idôneas e responsáveis, entende que é preciso cautela com as decisões
562 a ser tomadas. **Soraia** concorda com a fala do conselheiro Zaneti. Cita como exemplo a CUT
563 que se ela quer concorrer a uma vaga de entidade conselheira tem que se inscrever como CUT,
564 os sindicatos que são filiados a ela concorrem como sindicato. **Terezinha, IBDVA** lamenta que
565 uma entidade que era conselheira tenha cometido essa falha, mas tudo foi feito de acordo com
566 regimento e regulamento aprovados pelo Conselho. Registra que antes da conferência não
567 houve nenhuma denúncia de irregularidade com a entidade FESSIMUC. Sugere que seja
568 solicitada a Comissão Eleitoral a ata de fundação da entidade para conferência de datas.
569 **Noraci** lembra que é representante do Conselho dos Sindicatos dos Servidores no Conselho e
570 que o CNPJ é o mesmo da FESMEPAR, que o que mudou foi somente o nome, que é diretor de
571 um sindicato, mas é conselheiro no CES-PR e em seu município pela entidade ora discutida.
572 Fala que a entidade eleita não é verdadeira e que todos foram induzidos a acreditar na mesma,
573 que nada consta sobre a mesma no Ministério do Trabalho, mas que a FESMEPAR é a mesma
574 entidade conselheira, Conselho dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais
575 do Paraná, existente desde o ano de 2002, constante no Ministério Público como única entidade
576 legal de servidores públicos. Coloca-se a disposição para esclarecimentos e também o advogado
577 da Federação. Solicita que seja feita análise criteriosa dos documentos que entregou aos
578 conselheiros durante sua fala. **Joel Tadeu, FAMOPAR** relata que tem cópia dos dois ofícios
579 enviados ao Conselho e que se a documentação apresentada pela FESMEPAR foi verdadeira todo
580 o apresentado pela entidade FESSIMUC foi forjado, em que pese a Comissão Eleitoral ser
581 absolutamente séria e competente. Diz que a entidade está solicitando que a FESSIMUC não
582 tome posse como entidade conselheira. Sugere que a entidade fique sobrestada e não tome
583 posse, e que sejam analisados os documentos e a denúncia por uma comissão sendo
584 apresentado ao Conselho o resultado da mesma. Lembra do que aconteceu anteriormente no
585 Conselho, portanto é importante ter prudência. **Liliam** faz a leitura dos requisitos que deveriam
586 ser analisados pela Comissão Eleitoral para considerar a entidade inscrita apta ou não,
587 lembrando que para a entidade ser considerada apta não necessitava apresentar documento do
588 Ministério do Trabalho conforme citado várias vezes. **Neto** lembra que existem dois pedidos de
589 impugnação do processo eleitoral, e que as duas entidades reclamantes consideram-se aptas o
590 processo. **Palmira** registra que essa denúncia pode ser enviada ao Ministério Público o que
591 prejudicaria todo o processo eleitoral, pois os dois delegados representantes da entidade do
592 Conselho dos Sindicatos dos Servidores, são legítimos representantes da FESMEPAR que possui
593 o mesmo CNPJ, sendo, portanto a mesma entidade, só tendo trocado a nomenclatura. Lembra
594 que tanto os conselheiros Luiz Carlos e Noraci participaram de conferências municipais,
595 conforme exigência do CES-PR apesar de serem delegados natos à Conferência. A entidade
596 FESMEPAR não foi homologada apesar de ter sido votado durante o processo eleitoral sob a
597 alegação de ter delegado presente a Conferência o que não é verdade. Por fim diz que no
598 regimento eleitoral está escrito que durante o pleito eleitoral é necessário ter membros
599 representantes das entidades e não fala da necessidade de ter delegado, mas de qualquer
600 forma a entidade estava representada por seus delegados. **Sônia Anselmo** registra que por

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

601 vários anos o conselheiro Luiz Carlos foi conselheiro estadual por uma entidade que não era
602 denominada FESMEPAR e que o mesmo participou de todas as discussões e votações referentes
603 ao regimento e a própria conferência, inclusive com várias sugestões. Lembra que em nenhum
604 momento foi colocado no regimento ou regulamento da Conferência que uma entidade
605 presente à Conferência e que detivesse o mesmo CNPJ de outra entidade, poderia participar
606 com aquele nome em substituição a outra. Que no regimento e regulamento da Conferência era
607 posto que para ser delegado nato o conselheiro só o poderia mediante representar a entidade
608 pela qual era conselheiro, cita como exemplo se é conselheira pelo MOPS para ser delegada
609 nata à Conferência deveria representar o MOPS e não outra entidade mesmo que tivesse o
610 mesmo CNPJ. Sônia diz que fica claro que a FESMEPAR entidade inscrita deveria conforme
611 normas da Conferência ter ao menos um delegado inscrito e presente à Conferência. Frisa
612 novamente que o reclamante participou de todo processo de discussão, portanto reclama
613 tardiamente. Fala também que ninguém dúvida que a entidade presente à Conferência seja
614 filiada à FESMEPAR, mas não era a FESMEPAR, entende que essa é uma discussão vencida no
615 Conselho, mas é preciso averiguar a denúncia de apresentação de documentos irregulares.
616 Acredita na seriedade da Comissão Eleitoral, e sugere que a Comissão que for formada deve
617 contar com pelo menos um membro da Comissão Eleitoral. **Noraci** diz que ainda é conselheiro
618 do CES e reforça que a FESMEPAR é a mesma entidade pela qual é conselheira uma vez que
619 têm o mesmo CNPJ, concorda que o conselheiro Luiz Carlos que deveria ter orientado a
620 Federação, e se sua entidade não estiver habilitada a ser conselheira, reivindicam que
621 entidades habilitadas possam estar sendo conselheiras. Cita vários municípios em que os
622 Conselhos Municipais contam com a participação de entidades afiliadas a FESMEPAR. Ressalta
623 que o pedido ora apresentado de impugnação refere-se somente ao segmento de
624 trabalhadores. **Elizabeth Candido** solicita que Noraci leia qual o nome da entidade escrita em
625 seu crachá. **Noraci** responde que é Conselho de Sindicato de Servidores Públicos Municipais e
626 Estaduais do Paraná. **João Maria** representante da ASSEF lembra que foi conselheiro no CES-
627 PR e que é conselheiro em seu município. No CES-PR sua entidade faz parte de comissões com
628 10 participantes. Alega que entraram com o pedido de impugnação por entenderem que a
629 entidade não está habilitada devendo ser averiguada. **Neto** diz que a entidade ASSEF se
630 considerava apta a participar do processo eleitoral, mas a documentação não chegou para a
631 Comissão eleitoral. O regulamento da conferência dizia que o documento comprobatório da
632 entrega de documentos solicitados era o AR, o que a ASSEF não tinha. Neto sugere que seja
633 colocado em votação se se mantém o que foi aprovado no regimento ou se abre a discussão
634 sobre a ASSEF. **Leite** recomenda que se tenha prudência, pois isso abriria um precedente para
635 outras entidades que quiserem reclamar, o que está aprovado não pode ser mudado. No seu
636 entendimento se houver entidade apta a requerer uma vaga no Conselho é a FESMEPAR que
637 participou do processo, a ASSEF não participou do processo por falta de documentação,
638 estando, portanto inapta a concorrer a vaga de entidade conselheira. **Terezinha** diz que o
639 Conselho deve votar somente a questão da impugnação para averiguação da denúncia e da
640 documentação apresentada. **Neto coloca em votação que a ASSEF não pode pleitear
641 uma vaga como entidade conselheira por não ter apresentado documentos em
642 tempo hábil para análise, conforme regimento da conferência, sendo aprovado por
643 todos.** **João Maria** diz que realmente a ASSEF não enviou os documentos em tempo hábil e só
644 estão pleiteando a vaga caso seja a entidade FISSIMUC considerada inapta após análise

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

645 documental. Neto esclarece que por ocasião da Conferência não foi informado que a FESMEPAR
646 e o Conselho era a mesma entidade, ou seja, tinham o mesmo CNPJ. Neto coloca em votação
647 que seja aplicado o regimento da conferência a FESMEPAR, quanto a não ter representante
648 inscrito como delegado na conferência, sendo aprovado por todos. **Neto** refere-se aos pedidos
649 de impugnação, esclarecendo que o da FESMEPAR solicita também o agendamento de nova
650 data para novo processo eleitoral. **Leite** diz que primeiramente é preciso averiguar a denúncia,
651 e se for julgada verdadeira, o Conselho deverá retomar a discussão para deliberar sobre os
652 encaminhamentos pertinentes. Lembra que há três encaminhamentos no ofício da FESMEPAR e
653 que outras entidades de trabalhadores não tiveram problemas no processo eleitoral, portanto
654 não podem sofrer a sanção que a FESMEPAR quer impor. Soraia lembra que os participantes da
655 conferência passaram por processos que antecederam a mesma em seus municípios, portanto
656 não é justo o pleito de impugnar o processo eleitoral. Deve ser acatado o pedido de
657 averiguação dos documentos. Neto diz que só está querendo colocar em votação as solicitações
658 da FESMEPAR e ASSEF. **Neto coloca em votação a anulação do pleito eleitoral do sub-**
659 **segmento de trabalhadores, ocorrido durante a 9ª Conferência Estadual de Saúde,**
660 **recebendo 01 votos favoráveis. Neto coloca em votação a manutenção do pleito**
661 **eleitoral do sub-segmento de trabalhadores ocorrido na 9ª Conferência Estadual de**
662 **Saúde, sendo aprovado com 23 votos favoráveis.** Neto coloca em discussão a questão da
663 documentação apresentada pelas entidades reclamantes. Soraia sugere que seja formada uma
664 comissão para análise dos documentos e a entidade FESSIMUC fique em sobrestado, mas que o
665 resultado seja trazido na próxima reunião. **Rosana** diz que a entidade FESSIMUC foi
666 considerada apta e eleita durante a conferência, portanto deve tomar posse enquanto se
667 averigua os documentos apresentados. **Leite** lembra o ocorrido anteriormente no Conselho,
668 portanto a entidade FESSIMUC não deve tomar posse, sendo salvaguardados seus interesses,
669 mas a documentação deve ser averiguada. **Neto** pergunta quais os argumentos que serão
670 apresentados à entidade para que a mesma não tome posse. Soraia sugere que a entidade seja
671 comunicada da denúncia e que enquanto não houver a análise da denúncia a entidade fica
672 impossibilitada de assumir sua vaga enquanto conselheira. **Neto** diz que é necessário
673 estabelecer um prazo para a conclusão da análise e sugere que seja no máximo até a próxima
674 reunião, para que o Conselho não atue sem paridade. Silvia entende que deve haver alguns
675 esclarecimentos jurídicos sobre o assunto e que o Secretário de Saúde também deve ser
676 consultado. **Sônia Anselmo** lembra quando do processo eleitoral anterior por muitas vezes o
677 Ministério Público disse que o Conselho é soberano em suas decisões. A entidade FESSIMUC
678 não está sendo julgada e nem considerada culpada ou inocente, o Conselho recebeu uma
679 denúncia que deve ser averiguada, enquanto isso a entidade fica em sobrestado e também terá
680 o direito de se manifestar durante as averiguações. Se a entidade entender que está sendo
681 injustiçada poderá recorrer ao Ministério Público que definirá sobre sua posse ou não. **Joel**
682 **Tadeu** diz que a conselheira Joelma está sugerindo que a Comissão seja a própria Comissão
683 Organizadora e a Comissão Eleitoral. **Neto coloca em votação a formação de uma**
684 **comissão que fará a averiguação da denúncia recebida, ficando a entidade**
685 **FESSIMUC impossibilitada de tomar posse, ficando em sobrestado até a próxima**
686 **reunião, prazo que a Comissão terá para apresentar o resultado da apuração da**
687 **denúncia ora recebida, recebendo 24 votos favoráveis, ou seja, aprovado por**
688 **unanimidade.** A seguir Neto passa ao **próximo item, Visita dos conselheiros, José**

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

24 de Fevereiro de 2010

689 **Carlos Leite, Joelma Carvalho e Elizabeth Cândido em São Matheus do Sul, no**
690 **Conselho Municipal de Saúde. Joelma Carvalho** relata a visita ocorrida ao Conselho
691 Municipal de Saúde de São Matheus do SUS onde existe problema oriundo da conferência
692 municipal, na qual a entidade de Associação de Moradores representada por Sr. Hilário e o
693 Movimento das Mulheres Camponesas, representada pela Sra. Hermínia e estavam com maior
694 representação na conferência deveriam ficar com a titularidade. Ocorre que o Sr. Hermínio não
695 concordou com a sugestão e abandonou a da conferência. Posteriormente procurou o Ministério
696 Público para fazer sua reclamação. Após várias reuniões do Conselho Municipal sem acordo,
697 chamaram o Conselho Estadual para intervir sobre o assunto. Na visita foi detectado que o
698 gestor municipal é ainda quem manda e o Sr. Hilário vota com o gestor, inclusive quando o
699 gestor precisa do voto, manda buscá-lo em sua casa, portanto o mesmo não abre mão e quer
700 ser titular no Conselho. Vários encaminhamentos foram sugeridos pelos representantes do CES,
701 sendo alguns aceitos, mas ao final da reunião voltaram atrás e nada ficou resolvido. Como o
702 CES não tem poder de hierarquia e só pode orientar tudo acabou ficando da mesma forma.
703 **Leite** registra que no Conselho quem não é conselheiro não tem direito a voz, portanto foi
704 sugerida alteração no regimento Interno. **Elizabeth** registra que o Conselho Estadual resgatou
705 sua importância e credibilidade, visto o interesse que todos têm na orientação do CES-PR. E o
706 que pode constatar é que o Sr. Hilário quer a vaga de quem não é dependente do gestor. Outro
707 ponto crítico é que quando o conselheiro titular se ausenta e já se passaram mais de quinze
708 minutos de reunião os suplentes não pode assumir. Neto agradece aos conselheiros e passa a
709 certificação dos conselheiros que encerram seu mandato – gestão 2008-2009. Neto procede a
710 chamada de todos os conselheiros e conselheiras e entrega a cada um Certificado de
711 Participação. É oferecido um coffee break aos conselheiros. Agradece a todos pela colaboração
712 e nada mais havendo a tratar encerra a presente reunião. Não tendo mais nada a constar, a
713 Secretaria Executiva do CES/PR lavrou a presente ata, que vai assinada pelo Presidente,
714 Antonio Garcez Neto _____ e pela 1º Secretária do CES/PR Amélia Cabral Alessi, -
715 _____.